

# ENCONTRO NACIONAL do DESENVOLVIMENTO LOCAL

## AFIRMAR O TERCEIRO SECTOR

## PROMOVER A INOVAÇÃO

(ACTAS)

**ISCTE - 27 NOVEMBRO/07**



**animar**

Associação Portuguesa  
para o Desenvolvimento Local

**MESS ISCTE**

Mestrado de Economia Social e Solidária

**PROACT**



REPÚBLICA PORTUGUESA



MESS ISCTE



**ENCONTRO NACIONAL  
DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

---

**AFIRMAR O TERCEIRO SECTOR,  
PROMOVER A INOVAÇÃO**

**TÍTULO: Encontro Nacional do Desenvolvimento Local**  
**- Afirmer o Terceiro Sector, Promover a Inovação**  
**(ACTAS)**

**APOIO: IEFP, MTSS**

**REDACÇÃO E EDIÇÃO: ANIMAR - Associação Portuguesa**  
**para o Desenvolvimento Local**

**Rua Antero de Quental**

**Bairro Olival de Fora**

**Edifício Ninho de Empresas**

**2615-640 VIALONGA**

**Vialonga, Dezembro de 2007**

**ENCONTRO NACIONAL  
DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**  

---

**AFIRMAR O TERCEIRO SECTOR,  
PROMOVER A INOVAÇÃO**  
**(ACTAS)**

**ISCTE-LISBOA, 27 DE NOVEMBRO DE 2007**

**EDIÇÃO ANIMAR  
DEZEMBRO 2007**



# SESSÃO DE ABERTURA

Miguel Torres  
(*Presidente da Animar*)

O Presidente da Animar abriu os trabalhos dirigindo-se aos Drs. Realinho Matos, representante do Senhor Ministro do Trabalho e Solidariedade Social ; José Manuel Henriques, Coordenador do Mestrado de Economia Social e Solidária do ISCTE; Américo Mendes, conferencista; aos participantes na mesa redonda *Inovar no Terceiro Sector: que prioridades?* e aos companheiros do desenvolvimento local.

Referiu que ao longo dos 14 anos de vida da Animar, a par do valor económico gerado pelas iniciativas que envolveram os seus associados na criação de emprego local, na canalização de financiamentos para regiões desfavorecidas e na promoção dos seus valores endógenos, consolidou-se uma rede de associações, projectos e iniciativas que nos permite afirmar que o Desenvolvimento Local e a Economia Social são oportunidades de futuro.

Hoje, o Movimento de Desenvolvimento Local que se corporiza na Animar – com 104 associados individuais e 75 colectivos – afirma-se por uma intervenção de qualidade na formação profissional, educação de adultos, investigação e desenvolvimento, protecção e valorização ambiental, dinamização e qualificação do artesanato, nos apoios à terceira idade, na dinamização do turismo rural e de natureza, no apoio à criação e consolidação de micro-empresas, na animação cultural e na criação de emprego de base local.

Agindo em parceria com outras organizações do Terceiro Sector na construção de uma plataforma de cooperação, qualifica-

ção e interpelação, através de iniciativas pontuais de índole reflexiva e propositiva e de projectos de média/longa duração que permitem a definição de novas modalidades de cooperação e respostas à qualificação dos seus agentes, a Animar marca de forma indelével o Terceiro Sector com a sua visão – um sector mais forte, mais capaz, mais interventivo e mais visível.

A título de exemplo, nos últimos dois anos, destacou:

- a Interpelação Cívica ao Poder Político, apresentada em Dezembro de 2004 e subscrita por 60 entidades;
- a implementação dos Projectos “Convergências” (2001 – 2004) e “E-Qu@lificação” (2005 – 2007), financiados pela iniciativa EQUAL, no quadro de uma parceria que para além da Animar integrou a Caritas Portuguesa e algumas Caritas diocesanas, bem como organizações de desenvolvimento local e empresas;
- o projecto “+ Igualdade: Desenvolvimento Local Rumo à Mudança” (2005 - 2006), financiado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (ex. CIDM);
- o projecto “This Includes Me – Da Participação à Inclusão” (2006 - 2007), financiado pela União Europeia, em parceria com REAPN, APAV, FENACERCI, Cruz Vermelha Portuguesa e o Instituto de Segurança Social;
- o Acordo de Cooperação IEFP/Animar (2007).

Na sua opinião, a Animar sempre reivindicou a construção de parcerias efectivas e sustentadas, operacionalizadas através de uma gestão partilhada entre o Estado e as Organizações Cívicas e Solidárias e, também, pelas potencialidades da Economia Social – na resposta às problemáticas das pessoas, dos territórios e das organizações –, ancorada numa perspectiva de desenvolvimento humano. Assim, é importante que, num futuro próximo, se eleve a Economia Social na estrutura orgânica do Estado, conferindo-lhe o estatuto

de Secretaria de Estado, como instrumento estruturante de todo o Terceiro Sector, à semelhança do que acontece noutros países.

Esta medida justifica-se pelo peso significativo da Economia Social na economia portuguesa. Uma Secretaria de Estado poderia identificar, estruturar e implementar políticas para o desenvolvimento da Economia Social, tendo em atenção as diferentes áreas que informam o Terceiro Sector, nomeadamente:

- inscrevendo a Economia Social nos planos estratégicos de desenvolvimento;
- promovendo a inclusão social e o emprego através da Economia Social, em articulação com as medidas activas de emprego;
- identificando novos campos de actuação e de resposta às necessidades sociais, baseados em fórmulas articuladas de concretização, reconhecendo os princípios, os valores, as especificidades e o carácter transformador da Economia Social;
- fomentando o empreendedorismo, capitalizando novos recursos, designadamente em iniciativas de desenvolvimento local;
- promovendo a defesa, difusão e intercâmbio de boas práticas desenvolvidas por organizações da Economia Social.

Realçou ainda o papel da Economia Social e das suas organizações na coesão social, na dinamização de regiões económicas e socialmente desfavorecidas e no reforço das identidades locais, dado que muitas vezes se associam pessoas e recursos que partilham espaços e problemáticas comuns. Mesmo se, por vezes, as pequenas organizações locais não têm um impacte quantitativo em termos de valores económicos e criação de emprego, estas constituem-se como um serviço de proximidade às populações, socialmente útil à satisfação de necessidades básicas.

Em síntese, o Presidente da Animar identificou as seguintes prioridades:

- Afirmar o propósito da Animar de promover a qualificação e a visibilidade do Terceiro Sector, e a sua disponibilidade para trabalhar e construir em parceria (Estado e outras organizações representativas) as melhores soluções quanto ao objecto, enquadramento e linhas de acção;
- Reafirmar que um dos objectivos da Animar passa pela construção de um canal ou plataforma privilegiada de comunicação com o Estado, tal como foi defendido nas diversas conclusões das MANIFestas e, também, como resultado da vontade expressa pelo Movimento de Desenvolvimento Local noutras ocasiões.
- Entender a necessidade de reforçar a via da contratualização de serviços entre o Estado e as organizações cívicas de cidadãos;
- A pertinência de, num futuro próximo, elevar a Economia Social à estrutura orgânica do Estado, conferindo-lhe o estatuto de Secretaria de Estado, como instrumento estruturante de todo o Terceiro Sector, como acontece noutros países.

José Manuel Henriques  
(*Coordenador Científico*  
*do Mestrado de Economia Social e Solidária do ISCTE*)

O orador iniciou o seu discurso saudando os presentes, na qualidade de co-coordenador do Mestrado de Economia Social e Solidária do ISCTE, afirmando o forte interesse com que tem seguido a acção da Animar e enaltecendo o sentido de oportunidade do tema e informando que iria estruturar a sua intervenção em três dimensões de análise distintas.

**Num primeiro plano** é necessário analisar a relação entre o que frequentemente se associa, de forma conceptualizada, a Terceiro Sector e a Desenvolvimento Local, e à forma como a procura de novas respostas associadas à inovação social (organizacionais e institucionais) permitem a auto-sustentação da acção.

É necessário associarmos a desenvolvimento local tanto a ideia de que este é qualquer coisa que começa no ponto zero, como a de que o processo de desintegração regional tem origem fora das localidades. Há aqui um papel para o Terceiro Sector que urge ser melhorado e esclarecido, e que constitui para o Mestrado de Economia Social e Solidária, seguramente, um dos domínios de investigação a priorizar.

**Um segundo aspecto**, relacionado com o anterior, tem a ver com a forma como, claramente, o Movimento de Desenvolvimento Local ainda sente pouco esclarecido o papel da responsabilidade das políticas públicas, no que respeita às funções de que vão beneficiar as organizações do Terceiro Sector. Ao falarmos de Desenvolvimento Local, consideramos que este deve ser entendido como uma das metodologias possíveis para promover o Desenvolvimento Regional e que a auto-sustentação destas organizações poderá não ter

que depender apenas da maior ou menor capacidade de produção organizada, mas também da forma como a Administração assume a responsabilidade de, nas políticas públicas, reconhecer a relevante função económico-social desenvolvida pelo Terceiro Sector e que o Estado não está condições de promover.

**Terceiro aspecto.** Lembrou que, felizmente, no nosso país há um enorme património de experiência que decorre do envolvimento das organizações do Terceiro Sector em programas públicos, muitas vezes de carácter experimental e iniciativa europeia. E que, consubstanciados em projectos locais e em parcerias de base local, são hoje um património de experiência de grande relevo, constituindo seguramente uma segunda oportunidade de aprendizagem, baseada nessa experiência. Como este saber não pode ser desperdiçado, manifestou interesse, no âmbito do Mestrado, de proceder ao seu acompanhamento e análise.

Terminou a sua intervenção agradecendo a iniciativa e, em nome do mestrado, reafirmou o gosto e interesse em ter participado.

**José Realinho de Matos**  
*(Em representação do Exmo. Senhor Ministro do Trabalho  
e da Solidariedade Social)*

Iniciou a sua intervenção saudando os presentes. Depois agradeceu à Animar o convite dirigido ao Senhor Ministro do Trabalho e Solidariedade Social, que infelizmente não pode estar presente. Assim, dentro das suas atribuições, procurará fazer algumas considerações sobre o tema proposto e, depois, durante o debate da mesa redonda.

Começou por constatar que há largos anos que o Movimento de Desenvolvimento Local e a Economia Social vêm sendo referenciados pelo contributo significativo do seu trabalho, no quadro da economia nacional – há não só um manancial de importantes experiências realizadas pelos projectos de reconhecida valia, como áreas em que a Economia Social tem uma representação muito significativa na sociedade portuguesa, nomeadamente na prestação de serviços de carácter social.

É inegável que a rede social actualmente existente é constituída por um conjunto enormíssimo de instituições, as quais se reveêm, de certa forma, no conceito de economia social. São elas que asseguram a prestação de serviços essenciais, constituindo-se assim como um bem para a sociedade portuguesa, claramente uma mais valia relativamente ao papel de outro tipo de intervenções na sociedade, uma mais estatal, outra mais próximo do mercado. O alargamento dessa rede social, a sua consolidação territorial e boa relação com os públicos, são uma realidade inquestionável.

Por outro lado, a Economia Social e o Desenvolvimento Local encontram-se associados a determinadas realidades que, quer queiramos quer não, porventura noutra tipo de intervenção econó-

mica, não seria viável nem possível. Deu como exemplo o papel relevantíssimo que as intervenções estruturadas a partir dos territórios têm relativamente ao emprego e ao empreendedorismo de base local, e na mobilização dos agentes locais, essenciais para que haja uma réstia de esperança e oportunidade relativamente ao desenvolvimento desses lugares.

No seu entender, há intervenções que se têm vindo a desenvolver ao longo dos últimos vinte anos, e em que a ideia de Desenvolvimento Local está, em certa perspectiva, associada à obtenção de fundos comunitários – na medida em que a capacidade de intervenção esteve durante vários anos muito dependente dos mesmos, ou da capacitação das organizações para a obtenção de financiamentos por essa via – de forma a consequentemente se intervir socialmente nesses territórios.

Referindo-se à intervenção do Senhor Presidente da Animar, lembrou que alguns projectos recentes em que a Animar esteve envolvida tiveram um forte financiamento comunitário, via Iniciativa EQUAL e outras, o mesmo se passando com outras organizações congéneres. Salientou o exemplo do POEFDS/iniciativa Pequena Subvenção, em que a Animar desenvolveu em conjunto de projectos com outras instituições, nomeadamente com a Caritas e a REAPN, de enorme valia do ponto de vista social. Referiu que poderiam ser dados muitos mais exemplos que evidenciam a capacidade destas organizações na captação de fundos e desenvolvimento de projectos, uma realidade assinalável e com resultados visíveis nos territórios onde intervêm.

Reiterou que o reforço do papel da Economia Social não poderá deixar de contribuir para a definição de uma linha de acção, qualquer que seja o governo, capaz de responder à complexa questão do como intervir.

Constatou que as intervenções têm estado centradas nas questões do financiamento público, no acesso aos fundos comunitários e na intervenção directa do Estado. O que é compreensível, tendo em conta que o período de transição está praticamente finalizado e estamos no início de um novo Quadro Comunitário de Apoio, e estas entidades querem saber como vão prosseguir as suas actividades e que papel lhes vai caber. Sobre esta última questão, considerou que há uma área da Economia Social, claramente suportada e enraizada no tecido social, com vocação para a prestação de serviços, que com o apoio do Estado (via da IPSS) pode desenvolver com elevada competência o papel que lhes está reservado.

Estamos a falar numa área que, de acordo com relatórios mais recentes, emprega cerca de 23 000 pessoas – o que é significativo. Assim – referiu – a continuidade deste modelo está assegurada, estando previstos projectos que visam a sua consolidação através do reforço da rede de equipamentos sociais e o desenvolvimento de serviços de qualidade. A institucionalização destas organizações está igualmente garantida pela sua relação de proximidade com as famílias e com as pessoas em geral, sejam elas crianças, jovens ou idosos.

Num outro plano temos as restantes organizações, que se relacionam com lógicas de desenvolvimento local, embora com outra génese e outro papel, que têm vindo a assumir, pontualmente, elementos de valia, o que torna urgente clarificar uma questão, face ao diagnóstico que tem vindo a ser efectuado: **como consolidar no tempo estas intervenções?**

A lógica de projecto tem tido um carácter avulso e intermitente, não permitindo consolidar, a médio prazo, esse tipo de intervenções, à luz das modificações estruturais dos territórios onde se desenvolvem. Nesse sentido, é necessária uma grande reflexão sobre esta questão e o papel do Estado, que passa, neste momento, pela

clarificação do seu relacionamento com as entidades da Economia Social e a forma como pretende organizar as redes sociais.

As instituições capazes de intervir nos mercados, sejam eles mais mercantilistas ou sociais, têm o seu papel reconhecido, sendo intenção do Estado intervir mais como regulador do que como interventor. Às instituições cabe um papel de afirmação, de acordo com a sua lógica e capacidade organizativa, envolvendo parceiros, instituições e actores, sendo que a relevância tem de ser distintiva relativamente a cada um destes parceiros, a partir da sua base.

Ao Estado cabe um papel regulador, delegando algum poder nas entidades da Economia Social, intervindo, mais ou menos, consoante o consenso institucional e socialmente estabelecido relativamente a cada instituições e áreas de intervenção.

Nesta concertação mais global das relações com o Estado há várias representações, cabendo à Animar, entidade que congrega um conjunto de organizações (74) de base local, ser o porta-voz do Movimento de Desenvolvimento Local e da Economia Social. Neste modelo, cabe à Animar, como a outras instituições representativas, o papel de articulação e afirmação junto do Estado. A este, o de regular e informar, muito mais que o de intervir directamente nos projectos.

Neste momento este modelo encontra-se em discussão. É por isso evidente que esta concertação coloca às organizações a necessidade de se capacitarem de uma forma mais profissional, uma vez que há uma grande diversidade de modelos e organizações. No seu processo de criação cabe – no caso do Desenvolvimento Local – à Animar um papel de capacitação das organizações suas associadas e, conseqüentemente, dar-lhes maior capacidade de intervenção.

Concretizou com alguns exemplos: independentemente do formato do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), nomeadamente na área do Programa Operacional Potencial Humano,

surgirão oportunidades de intervenção por via do desígnio central do QREN na área do Ministério do Trabalho, relacionadas com a questão das qualificações, e consequentemente das organizações de desenvolvimento local que têm vindo a participar activamente em projectos de qualificação dos territórios e das populações, que continuarão a ter o seu papel, sendo esta uma mais-valia sua.

Contudo, o QREN traz algumas novidades no que concerne ao facto da certificação dos processos formativos serem duplamente certificados, na medida em que até agora a dispersão das formações não trouxe uma valia significativa, sendo evidente que a Animar e as organizações que lhe pertencem poderão dar um contributo importante também nesta área de intervenção.

Um outro tipo de projectos em que as organizações se poderão concentrar, relacionam-se com a área de intervenção do desenvolvimento social, nomeadamente com os contratos de desenvolvimento social que potenciam intervenções a partir dos territórios previamente identificados. Estas intervenções pretendem-se consecutivas e prolongadas ao longo do tempo, deixando para trás o zigue-zague do há projecto, há mobilização - deixa de haver projecto, perde-se a dinâmica que se introduziu, e volta-se à estaca zero.

Os contratos de desenvolvimento potenciam uma intervenção continuada nos territórios que vierem a ser identificados e, evidentemente, as organizações de desenvolvimento local – que pelas suas características detêm um grande potencial –, de vir a liderar processos ou assumir parcerias no território.

Foram aqui dados alguns exemplos de parcerias efectuadas na última década entre as associações com intervenção na área social ou em algumas delas (Animar, Caritas, REAPN), no sentido do desenvolvimento de determinados projectos de desenvolvimento social, pensando o orador que a convergência destes actores será um elemento decisivo na sua afirmação, assumindo o Estado, apesar

da sua importância central, o papel de regulador e de canalizador de informação. Neste cenário, o Estado não deixará de assumir o seu papel através de mecanismos que se pretendem novos, tendentes a uma maior redistribuição de poder, colocando as instituições numa lógica de maior proximidade com este. Ou seja, a relação não se faz com o Estado, através da Administração, a ditar regras. Pretende-se assim que todas as instituições participem na elaboração das regras, em igualdade, ou não, de circunstâncias com o Estado, consoante as dinâmicas e a capacidade de intervenção – relativamente à dimensão do financiamento ou organizacional – no sector, sendo esta a via que tinha para nos transmitir relativamente ao futuro próximo.

Desejou ainda que as instituições do Desenvolvimento Local e da Economia Social tenham uma excelente participação na sociedade portuguesa, tanto porque o papel delas é reconhecido como por aquilo que já fizeram, demonstrativo de uma inequívoca capacidade de resposta aos anseios da população em geral, e da mais desfavorecida em particular.

Encerrou o discurso, agradecendo o convite em nome do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

CONFERÊNCIA

# **INOVAR NO TERCEIRO SECTOR: QUE PRIORIDADES?**

**Américo M. S. Carvalho Mendes**  
*(Faculdade de Economia e Gestão*  
*Universidade Católica Portuguesa – Porto)*

O conferencista iniciou a sua intervenção saudando a iniciativa da Animar e a sua Direcção por falar sobre um tema que lhe é caro.

A conferência orientou-se pelas seguintes questões de partida:

1. A gestão da qualificação das organizações do Terceiro Sector;
2. As relações das organizações do Terceiro Sector com o Estado;
3. As relações das organizações do Terceiro Sector com o resto da sociedade.

## **1. Gestão da Qualificação das Organizações do Terceiro Sector**

No que concerne a este primeiro ponto, quando se fala de inovação do Terceiro Sector e das suas prioridades, estas relacionam-se quase sempre com a questão da necessidade de melhorias da qualidade das organizações. As qualificações técnicas e a profissionalização foram consideradas pelo conferencista como necessárias para prestar mais e melhor serviços, uma vez que os mesmos exigem cada vez mais e melhor adaptação a um contexto cada vez mais complexo e como tal, mais e melhor conhecimento. Assim,

poder-se-á considerar que a melhoria da qualidade das organizações é sinónimo da melhoria das qualificações técnicas.

*Que qualificação?*

Para muitas organizações do Terceiro Sector, em geral de pequena dimensão e “dominadas” por uma determinada profissão (ex. serviço social nas Organizações Privadas de Solidariedade Social), melhor qualificação dos seus quadros deverá significar **maior polivalência destes**, devendo as necessidades de maior especialização em organizações com esta dimensão, muitas vezes, poder e dever ser satisfeitas com recurso ao exterior, não tendo que ser todos os processos internalizados.

O conferencista deu alguns exemplos de formação para a polivalência, nomeadamente para técnicos de serviço social, que predominam nas IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), a engenheiros agrónomos ou silvicultores (que predominam nas organizações de produtores agrícolas e florestais), uma formação complementar em três áreas:

**Capacidade de pensamento científico** – (saber identificar conceitos, evidência física necessária para validar hipóteses, etc.), na medida em que na sua opinião, as pessoas saem das universidades com grandes carências neste domínio.

**Gestão de organizações** – (contabilidade e gestão financeira, fiscalidade, gestão de recursos humanos, direito do trabalho, processos de certificação, etc.).

**Análise e avaliação das respectivas políticas sectoriais** – o nosso sistema de ensino superior, salvo raras excepções, prepara mal para este tipo de polivalência:

- não desenvolve, tanto quanto deveria, a **capacidade de pensamento científico**;
- não desenvolve, tanto quanto deveria, a **capacidade de diálogo inter-profissional e de trabalho em equipas transdisciplinares**

(por exemplo, não ensina economistas, gestores e pessoas das áreas humanísticas a saberem, pelo menos, falar com as profissões “técnicas”, sendo que o inverso infelizmente também é verdadeiro).

O processo de Bolonha poderia ser uma oportunidade para dar mais atenção à necessidade de desenvolver as duas capacidades atrás referidas, mas o conferencista duvida que este esteja a ser aproveitado nesse sentido (desenvolvimento de novas capacidades) em muitas instituições de ensino superior. Assim, considera que mais e melhor qualificação dos quadros das organizações é necessária, mas não é suficiente.

Contudo há um aspecto onde não é preciso inovar, mas sim ser fiel à tradição, não esquecendo que bem no topo das “qualificações” de quem dirige e trabalha nas organizações do Terceiro Sector deve estar um grande sentido de serviço em prol do bem comum.

Esta capacidade de serviço em prol do bem comum é a alma e sangue que animaram, animam e animarão as boas organizações do Terceiro Sector.

Ao ouvir as conversas sobre as necessidades de qualificação destas organizações, o conferencista fica, às vezes, com a impressão de que essa capacidade de serviço em prol do bem comum não faz parte da lista das qualificações a desenvolver, ou não está no topo das prioridades neste domínio.

## **2. As relações das organizações do Terceiro Sector com o Estado**

Nestas relações com o Estado, o interveniente definiu dois domínios:

*Financiamentos públicos* atribuídos às organizações do Terceiro Sector;

***Intervenções normativas e reguladoras*** do Estado nas actividades destas organizações.

Os financiamentos públicos às organizações do Terceiro Sector:

- ***são um dever da sociedade*** para com essas organizações;
- foram, são e serão ***necessários*** para a sustentabilidade de muitas delas.

Os financiamentos públicos às organizações do Terceiro Sector não são um “subsídio”, com o sentido pejorativo que muitas vezes é dado a este termo. Muitas vezes, até nem é correcto, em termos de conceitos económicos, chamá-lhes “subsídios”.

Os financiamentos públicos às organizações do Terceiro Sector são, e devem ser, um dos modos de ***pagamento pela sociedade de serviços, com a natureza de bem público***, que essas organizações produzem e que constituem a principal actividade de muitas delas.

O não entendimento da natureza económica dos principais serviços prestados por muitas organizações do Terceiro Sector, está na base de muitas confusões sobre essas organizações, quer do lado dos decisores públicos, quer do dos cidadãos, sendo necessário aqui fazer muita pedagogia.

Como os bens públicos se caracterizam pela ***não exclusão e pela não rivalidade***, não têm mercado. Por isso, não há receitas de vendas que permitam sustentar financeiramente a sua produção, e daí as dificuldades, muitas vezes crónicas e difíceis de superar, das organizações do Terceiro Sector.

No seu entendimento, há quatro maneiras possíveis de conseguir recursos para sustentar a produção de bens públicos:

***Contribuições voluntárias*** dos seus produtores e consumidores;

***Produção conjunta*** de bens públicos e de bens privados;  
Instituição de mecanismos de ***exclusão***;

Recurso ao ***poder de autoridade*** do Estado para conseguir contribuições coercivas (via recurso às receitas dos impostos, ou a normas legais que obriguem os consumidores a pagar).

No que concerne às contribuições voluntárias:

- ***dos produtores***: é isso que, muitas vezes, está na génese e anima as organizações do Terceiro Sector, mas não chega para as fazer viver;
- ***dos consumidores***:
  - difíceis (problema do *free rider* – comportamentos individualistas) especialmente nas fases iniciais de vida das organizações;
  - novas oportunidades (exemplo – ambiente – maior consciência cívica relativamente a alguns problemas de que se ocupam as organizações do Terceiro Sector; responsabilidade social das empresas).

Relativamente à produção conjunta de bens públicos com bens e serviços privados:

- nem sempre é possível;
- quando é possível os potenciais compradores dos bens e serviços privados podem ter poucas possibilidades de os pagar;
- apesar destas limitações, passam por aqui algumas oportunidades importantes de inovação no Terceiro Sector.

A instituição de mecanismos de exclusão (condicionamento de acesso a bens e serviços):

- nem sempre é viável em termos técnicos, económicos ou sociais;
- quando é viável, muitas vezes precisa do recurso ao poder de autoridade do Estado para instituir, regular e garantir esses mecanismos de exclusão com acesso a bens com esta natureza (exemplo – Zonas de Intervenção Florestal processos de certificação onde

há recurso a normas com força legal, entre outras), sendo que a complementaridade entre o Estado e o Terceiro Sector deve ser algo a desenvolver.

Os financiamentos públicos são:

- necessários quando os outros três mecanismos não funcionam, ou são insuficientes;

mas...

- também têm os seus problemas;
- há programas *a mais*,
- baseados num modo errado de estabelecer os seus *critérios de elegibilidade*.

No que concerne ao problema de *programas em número excessivo*, verifica-se:

- uma dispersão dos incentivos públicos por um número demasiado grande de programas, cada um com os seus critérios, os seus gestores e o seu processo de tramitação;
- custos de transacção demasiado elevados para organizações que são pequenas;
- quem acaba por ser relativamente mais beneficiado são as “maiores” (pela sua capacitação ou capacidade de influência);

O conferencista apontou as seguintes soluções:

- há que emparcelar, corrigir e reduzir a estrutura minifundiária dos programas de apoio público;
- consolidar programas;
- quanto menos programas melhor, mas esta consolidação não deverá ser em prejuízo da redução do montante total dos apoios públicos. Se quisermos fazer alguma diferenciação, esta será em função da natureza económica dos serviços que presta. Cada área de actividade das organizações tem dificuldades próprias de sustentação que podiam ser atendidas.

Relativamente ao problema dos *critérios de elegibilidade*, constata-se que é prática dominante, salvo raras exceções, no passado, no presente e no futuro próximo, em Portugal:

- critérios tipo “*comando e controlo*” (normativos sobre o que deve ser feito e como pelos potenciais beneficiários do programa);
- fixados de modo centralizado (de cima para baixo);
- na esmagadora maioria dos casos esta prática gera ineficiências;
- só poderia ser eficiente se se conhecessem, à partida, as características das melhores soluções a adoptar em cada caso concreto da actividade das organizações do Terceiro Sector;
- isto não acontece porque a diversidade de situações a atender pelas organizações do Terceiro Sector é muito grande.

O conferencista apontou as seguintes soluções:

- quando não se conhecem, à partida, as características das melhores soluções, o que é eficiente é descentralizar decisões;
- avaliar o desempenho de quem, assim, pode decidir;
- atribuir os incentivos em função dessa avaliação de desempenho;
- a má prática de fixação dos critérios de elegibilidade dos programas de financiamento público às organizações do Terceiro Sector está infelizmente para ficar, com uma força maior do que no passado.

A não prossecução destas soluções, mas sim a redução de pessoal na Administração Pública, especialmente ao nível dos serviços no terreno, acentuam a centralização e o empenho posto pelos agentes da Administração Central num trabalho de produção “normativa” distante da realidade local. Com o emagrecimento da Função Pública, o conferencista receia que se acentuem os problemas, uma vez que são os serviços locais os mais prejudicados, ficando cada vez mais centralizados e distantes.

### **3. As relações das organizações do Terceiro Sector com o resto da sociedade**

Relativamente a esta última questão o Conferencista considerou ser necessário conhecer melhor o Terceiro Sector, sendo que os números que apresentou como referências carecem de maior aprofundamento, sendo uma aproximação por defeito os valores apresentados, resultado de estudo desenvolvido pela Universidade Católica Portuguesa. Perante a necessidade de dar a conhecer melhor o Terceiro Sector, no estudo realizado sobre a importância social e económica do mesmo, apontam-se valores gerais para um total de 27 3000 trabalhadores (cerca de 4,2% da população activa) e um peso de cerca de 4,2% do PIB. Contudo será necessário investir mais para se ter um melhor conhecimento do sector, bem como quantificar melhor o valor económico dos bens e serviços que produz.

Também a escola poderá ter um papel relevante no âmbito da relação do Terceiro Sector com o resto da sociedade, tomando-se medidas como: não reduzir, mas antes promover, as áreas humanísticas em todos os cursos e incentivar os alunos e docentes para actividades de solidariedade social e outras onde haja empenhamento cívico. Este empenhamento poderá a prazo ter consequências, vocacionando mais a sociedade para o bem comum e em prol da solidariedade e do movimento cívico.

Encerrou o discurso, agradecendo o convite e a atenção dispensada.

## MESA REDONDA

# NOVAS PERSPECTIVAS PARA O RELACIONAMENTO “TERCEIRO SECTOR - ESTADO”

**Jorge Wemans**

*(Associado individual da Animar;  
jornalista da RTP 2)*

Iniciou a sua intervenção saudando todos os presentes e apresentando os oradores na mesa redonda: o Prof. Rogério Roque Amaro, da Direcção da Animar e professor e investigador de temas relacionados com o Desenvolvimento Local, e o Dr. José Realinho de Matos, na condição de representante do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social. Comunicou também aos presentes a justificação da ausência do Prof. Eugénio da Fonseca, Presidente da Caritas Portuguesa, que por motivos de saúde não pôde participar neste debate, como inicialmente previsto e anunciado.

Prosseguiu com uma curta reflexão pessoal e introdutória sobre os temas que considera fundamentais no que toca ao tema em debate: as relações entre o Terceiro Sector e o Estado, relembrando os conceitos de concorrência, que considera uma realidade que não deve ser escamoteada, e de complementaridade. Relativamente à tentativa dos agentes de Desenvolvimento Local de perceber e transformar a realidade, sublinhou as relações de contratualização entre o Estado e o Terceiro Sector, e ainda o conceito de parce-

ria, conceito que, pela utilização generalizada e abusiva, considerou ter já perdido o contexto e a capacidade de designar a novidade que continha no início da sua utilização.

Prosseguiu referindo as relações de dependência, não do Estado em relação ao Terceiro Sector mas, sobretudo, do Terceiro Sector em relação ao Estado. Dependência que, por vezes, não é apenas financeira. Muitas vezes, as relações entre o Estado e o Terceiro Sector são de tal forma que é o Estado que enforma a possibilidade de existência do Terceiro Sector, na medida em que delimita de forma muito clara os modelos de apoio público a determinado tipo de acções, a determinado tipo de presenças e, portanto, “castra” a possibilidade de aquele desenvolver outro tipo de acções e realizações, obrigando-o a focar-se naquelas que são susceptíveis de receber esse apoio público.

Sublinhou que, frequentemente, se faz comparações ente o que se passa em Portugal e o que se passa nos outros países, nomeadamente europeus. Habitualmente, essas comparações comportam algum grau de lamentação pelo facto de as coisas nos outros países, sobretudo nos nórdicos mas também nos do sul da Europa, como a Itália, serem bastante distintas e mais interessantes ou favoráveis.

Afirmou acreditar que, além dessas comparações e num escrutínio mais claro da nossa situação, isso pode introduzir um tema que é significativo, na sua opinião, e que as relações entre o Terceiro Sector e o Estado se desenvolveram num contexto em que a tradição e a cultura destas relações tem o seu peso e a sua importância.

Referiu que as suas palavras não pretendem o conformismo ou o imobilismo mas, ao contrário, que percebamos que tudo o que se consiga construir de inovador e que se consiga, de alguma forma, transformar em prática cada vez mais corrente será algo que não

tem apenas a ver com o presente mas que pode construir uma cultura e, a pouco e pouco, uma tradição diferente daquela que recebemos. Esta constatação, no fundo, leva-nos à urgência de construir outro tipo de relação entre o Terceiro Sector e o Estado.

Seguidamente, deu a palavra ao Prof. Rogério Roque Amaro.

**Rogério Roque Amaro**  
*(Direcção da Animar)*

Começou por fazer uma saudação muito especial a todos os presentes, referindo existirem quatro lógicas na sua experiência de vida, nas quais se integram os diferentes tipos de participantes no Encontro. Por um lado, estavam presentes alunos seus da licenciatura em Economia e do Mestrado em Economia Social e Solidária. Decorrendo o encontro no ISCTE, estavam professores seus colegas. Um terceiro universo é o universo Animar, do qual faz parte enquanto associado e dirigente. Além destas, uma quarta dimensão será a dimensão das actividades de terreno da economia solidária, nomeadamente das empresas de inserção. Em relação a este aspecto, referiu que o *coffee-break* servido no encontro foi confeccionado por uma empresa de inserção da PROACT, associação que dirige, que funciona como empresa de inserção e como instrumento de resposta às necessidade de um bairro social de Lisboa desde 1997.

Utilizou a referência a essa empresa de inserção como um bom mote para o início da sua reflexão acerca das relações entre o Terceiro Sector e o Estado, uma vez que este último, no caso concreto a Câmara Municipal de Lisboa, é devedor há treze meses dessa empresa de inserção do pagamento de serviços prestados.

No final da sua nota introdutória, assinalou a presença de outros professores e investigadores de outras universidades do país,

demonstrativa da tendência interessante de a universidade, a academia, vir ao terreno estudar estes temas.

Proseguiu dando início à sua reflexão propriamente dita sobre as relações entre o Estado e o Terceiro Sector a partir de três pistas.

Em **primeiro lugar**, comunicou não ser partidário da expressão “terceiro sector”. Por um lado referiu que essa expressão é simpática, pois pode operar na nossa memória o mesmo peso que têm expressões como “terceiro mundo” ou “terceiro estado”, no espírito da Revolução Francesa, ou ainda a conotação de “terceira via”. Mas considera a expressão “terceiro sector” demasiado neutra e demasiado usada pelos anglo-saxónicos. Por esse motivo prefere utilizar a expressão “Economia Social”, do ponto de vista histórico, e “Economia Solidária”, que do ponto de vista político é economia e é solidária.

Na sua opinião, as relações entre o Estado e a Economia Social e Solidária têm dependido de três aspectos: o primeiro é o dos actores da Economia Social, na sua origem, e da economia solidária, na actualidade. O segundo diz respeito à forma como, em diferentes tempos, definimos o conceito de “sustentabilidade”. O terceiro aspecto tem a ver com a concepção de Estado que se partilha.

A relação concreta entre Economia Social e Estado resulta, assim, do cruzamento destes três factores, sendo, por isso, uma relação complexa e repleta de ambivalências.

No que se refere ao primeiro factor, à evolução do posicionamento político-institucional dos actores da Economia Social e Solidária, pode dizer-se de uma maneira muito simples que a Economia Social começou por ser uma reacção às injustiças do capitalismo no século XIX e à ausência de uma intervenção correctora relativamente ao Estado.

Era uma intervenção de clandestinidade em relação ao Estado liberal, da qual se evoluiu depois para uma relação de aceitação, quando o Estado reconheceu e definiu, inclusive, o enquadramento jurídico e institucional dessas organizações, e posteriormente - com o surgimento do Estado-providência, depois da II Guerra Mundial - para uma lógica de promiscuidade e até de alguma confusão e sobreposição de funções, na medida em que a Economia Social fazia as coisas que o Estado-providência passou a fazer de uma forma mais ampla e mais institucional. Curiosamente, na mesma altura, o Estado socialista conviveu dificilmente com a Economia Social, no sentido em que integrava no seu esquema, na sua lógica, uma desconfiança sobre o seu carácter eventualmente burguês.

Mas ainda relativamente ao período de estabelecimento do Estado-providência e à referida promiscuidade, ela teve a ver, nomeadamente, com o facto mais recente de as representações da Economia Social virem a ser aceites na concertação social a nível nacional. Aquilo que era até um dado momento uma concertação a três - sindicatos, empresas e Estado - passou a ser uma concertação a quatro, envolvendo sindicatos, empresas, Estado, e ainda os representantes da Economia Social. A importância que, em Portugal, a partir de dado momento, passaram a ter a União das Misericórdias, a União da IPSS ou a União das Mutualidades, com assento no Concelho Económico e Social, é ilustrativa desse processo.

Passou a haver, assim, não só uma relação de promiscuidade mas também de concertação e de alguma parceria. Isto apesar de a economia social preservar desde o início o princípio da autonomia face ao estado, a qual, segundo referiu Rogério Roque Amaro, só foi total na era da clandestinidade.

A aquisição de importância das redes representativas da Economia Social ou até do Desenvolvimento Local permitiu reforçar o

peso da reivindicação destas organizações e, por essa via, recuperar algum discurso de autonomia. No entanto, a dificuldade destas organizações em ganhar autonomia financeira fê-las, muitas vezes, oscilar entre a reivindicação dos apoios e a condição de dependência financeira. Ou seja, por esse prisma da evolução da posição dos actores da Economia Social, observa-se uma evolução muito complexa e muito variada onde se cruzam desejos de autonomia com situações muito evidentes de dependência e por vezes de alguma promiscuidade.

Rogério Roque Amaro prosseguiu dizendo que, mais recentemente, a Economia Social tem vindo a evoluir para aquilo a que geralmente se chama de “Economia Solidária”, e que isso significa várias coisas: primeiro, passar da área social para outras áreas de articulação com a economia que não são sociais, ou não são apenas sociais, como é o caso do Ambiente, da Cultura, o caso da Cooperação para o Desenvolvimento, do Turismo e dos turismos alternativos, entre outras. Ou seja, a Economia Solidária cobre mais áreas do que a Economia Social. Não é apenas social, mas é também ambiental, cultural, etc.

Em segundo lugar, a Economia Solidária passou a ter em conta a experiência de outros continentes, ao passo que a Economia Social, apesar de se ter alargado a outros continentes, tinha como referência, essencialmente, o modelo europeu da Economia Social. Era, essencialmente, no que diz respeito aos seus padrões e referências, euro-centrada. Rogério Roque Amaro referiu que isto acontece em menor grau no caso da Economia Solidária.

Deu como exemplo a importância que tem assumido, na definição dos conceitos e das práticas, a Economia Solidária na América Latina, estando além disso, na sua opinião, ainda por afirmar-se a Economia Solidária em África, que não tem tido afirmação e expressão suficientes mas que é muito mais rica.

Outra diferença importante que mencionou é que a Economia Solidária não se confina necessariamente às três formas jurídicas tradicionais da Economia Social, ou seja, às formas de cooperativa, associação ou fundação. Utiliza essas formas jurídicas, por vezes, porque não tem outra alternativa, outras vezes para se financiar, mas não se confina a elas e muitas vezes utiliza formas que são até aparentemente heréticas para a Economia Social, que são as das empresas normais.

Portanto, afirmou, a diferença importante, desse ponto de vista, é que a Economia Solidária assume mais frontalmente a sua dimensão económica do que a Economia Social. Ou seja, assume que pode ir para o mercado, assume o discurso da eficiência, da gestão dos recursos humanos e do cálculo económico. Não querendo dizer que toda a Economia Social se comporte dessa forma, referiu que uma boa parte das organizações da Economia Social derraparam para um discurso que, por vezes, é anti-económico ou anti-economicista. Ou seja, terá retido a dimensão social e renegado a dimensão económica, ao passo que a Economia Solidária afirma claramente que quer ser economia, com a condição de não se “prostituir” no que é o essencial da sua missão.

A visão que é própria da Economia Solidária afirma uma outra coisa que considera muito interessante, que é a recuperação de uma visão original da Economia Social, no sentido de voltar a colocar a democracia no centro das coisas, ao passo que a Economia Social europeia, que tendo começado por assentar num princípio de democracia, rapidamente se transformou pela perda da democracia interna. Segundo Rogério Roque Amaro afirmou, isso é observável no funcionamento de uma boa parte das instituições da Economia Social.

Afirmou querer dizer com isto que a Economia Solidária, nos últimos tempos, por se afirmar como mais económica, vem ganhando

uma outra relação com o Estado no sentido do reforço da sua autonomia.

Passou seguidamente a um novo ponto: o conceito ou os conceitos de “Estado”, que no contexto desta discussão considera análogo ao conceito de “Sustentabilidade”. O conceito de sustentabilidade é, na sua opinião, um dos conceitos mais interessantes e mais desafiantes, porque o conceito de sustentabilidade surgiu nos anos 60 quando os economistas começaram a falar de crescimento económico “sustentado”, ou seja, da ideia de um crescimento económico gradual, continuado e renovado. Em 1987, veio dizer-se que o crescimento económico sustentado era insustentável, ou seja, que o princípio seria contraditório em si próprio porque tinha em conta, essencialmente, a dimensão económica, esquecendo as outras dimensões e pensando apenas na satisfação da sua geração contemporânea.

Por esse motivo ter-se-á introduzido o conceito de “crescimento sustentável”, que, essencialmente, assinala a componente ambiental do desenvolvimento ou a necessidade de ter em conta os limites da natureza, mas que evoluiu.

Referiu Rogério Roque Amaro que, actualmente, no princípio do séc. XXI, o conceito da Sustentabilidade tem já três dimensões, ou é tridimensional, porque contempla a visibilidade económica das organizações e da sociedade, porque contempla a coesão social - introduzida pela Conferência de Joanesburgo - e mantém a dimensão da preservação ambiental. Ou seja, recupera a economia, acrescenta o “social” e mantém o “ambiental”, tornando-se tri-dimensional.

Mas isso altera, na sua opinião, várias coisas bastante importantes: não é possível falar de sustentabilidade de uma organização sem ter em conta a sua contribuição para a sustentabilidade da sociedade e do planeta, porque estas coisas são inseparáveis. Acreditava-se que, por efeitos de mercado, a sustentabilidade de uma organização garantiria a uma sustentabilidade a um nível macro.

Não obstante, o conceito de sustentabilidade está hoje mais avançado do que isso, porque introduz a necessidade de ter em conta, também, a diversidade cultural. Deu como exemplo o caso das empresas que ignoraram essa dimensão - por exemplo, a propósito das relações com os países árabes - e perderam mercado por causa de alguma “arrogância cultural” ou do seu discurso intolerante do ponto de vista religioso, e o de empresas que introduziram dinâmicas racistas no seu interior.

Além da dimensão cultural, lembrou que há que acrescentar ainda a necessidade de modelos de gestão e de governança nas organizações e no mundo que tenham em conta esta sustentabilidade. Ou seja, há uma dimensão crítica da sustentabilidade.

Proseguiu acrescentando ainda uma outra dimensão: a dimensão do Conhecimento. Segundo Rogério Roque Amaro afirmou, não há sustentabilidade sem que as organizações da sociedade não estejam constantemente a aprender quais são os desafios renovados da sustentabilidade.

Neste momento, na sua opinião, o conceito de sustentabilidade é hexa-dimensional e não tridimensional. Só há, afirmou, sustentabilidade se formos capazes de garantir a viabilidade económica, a coesão social, a preservação ambiental, a diversidade cultural, a governança integrada e o conhecimento actualizado, das organizações e das sociedades.

Seguidamente, retornou à questão da Economia Solidária. Como é que uma organização da economia solidária funciona? Indagou. Normalmente, funciona bem uma empresa social, uma empresa de preservação ambiental funciona relativamente bem e algumas empresas relacionadas com o ramo da diversidade cultural podem também, considera, ter alguma viabilidade económica. E por isso estão obcecadas pela viabilidade económica, o que a seu ver é desajustado, uma vez que as empresas privadas, por seu turno,

que só pensavam na realidade económica, estão agora a descobrir a importância de, para cativarem os mercados, garantirem a importância das outras formas dimensões de sustentabilidade, a social, a ambiental, etc. Afirmou ser por esse motivo que se fala de “responsabilidade social”, conceito que é também questionável em muitos aspectos, mas que “abriu a cabeça” para estes questões e por isso se reveste de grande importância.

Deste modo, afirmou não entender porque é que as empresas da economia solidária, que já tinham incorporado a coesão social, de repente se esqueceram que tinham costumes e se tornaram obcecadas pela viabilidade económica.

Admitiu compreender que esta ideia poderia parecer “conversa de intelectual” para a maioria da plateia, uma vez que as organizações se debatem com a dificuldade de sobreviver no dia-a-dia. Mas acrescentou que as coisas não são exactamente dessa forma, lembrando que também dirige empresas de inserção e também tem que sobreviver no dia-a-dia. Lembrou estar a viver esse pesadelo do dia-a-dia dados os treze meses de atraso no pagamento da CM Lisboa anteriormente referido. Apesar disso, referiu ser conveniente que se consiga relativizar esse problema.

Não é recomendável, afirmou, em nome da viabilidade económica, secundarizar as restantes dimensões da Economia Social e Solidária, como está a acontecer com algumas organizações. Mas, por outro lado, a viabilidade económica é fundamental para ganhar autonomia e independência face ao Estado. E, relativamente a este aspecto, acrescentou uma breve nota acerca da viabilidade económica: pensar que a viabilidade económica é só ir para o mercado e vender produtos é igualmente falacioso, uma vez que, sendo verdade que as empresas da Economia Solidária precisam de ir para o mercado vender os seus produtos, o que não sabem fazer na maior parte dos casos, é também verdade que a Economia Solidária tem

uma superioridade em relação à economia lucrativa e à economia pública, porque junta três princípios de economia que as outras não têm: o princípio da economia de mercado, o princípio da economia de redistribuição de recursos pelo estado e pela sociedade, em que a economia social está a desempenhar a missão do estado, e portanto tem que o fazer de forma contratual, e o princípio da economia da reciprocidade, que foi ignorado pelos economistas mas que é o princípio de funcionamento de grande parte da nossa sociedade e que implica a economia da dádiva ou do voluntariado. Simplesmente, não sabe valorizar essa superioridade nem sabe contabilizá-la, e por isso muitas vezes apresenta cálculos de rentabilidade que não são reais.

Ou seja, a economia solidária é, na opinião de Rogério Roque Amaro, muito mais complexa do que qualquer das outras. Tem três princípios de economia, enquanto que a economia pública só tem o princípio da redistribuição de recursos e a economia privada só tem o princípio da economia de mercado. Assim, o conceito de viabilidade económica que é necessário - mas não suficiente - para a sustentabilidade é muito mais rico do que deixam transparecer a maior parte das referências que lhe são feitas.

O que quer dizer, em termos práticos, é que a economia solidária precisa de ir para o mercado, não substituindo as outras componentes, e aí ganhar autonomia. Precisa de definir com o Estado, não subsídios, mas a prestação de serviços, dando como exemplo uma empresa construtora quando faz uma obra pública, mas sobre a forma de um mercado público, com isso cobrindo custos sociais que a sociedade considera importantes e para os quais o Estado junta recursos. A Economia Solidária precisa também, por outro lado, de contabilizar e valorizar a economia de voluntariado e de reciprocidade. É aí que a viabilidade económica ganha sentido. É essa a viabilidade económica que se aplica à economia solidária.

Afirmou Rogério Roque Amaro que é isso que está a ser feito por muitas organizações da Economia Solidária noutros continentes e países europeus. Considera que é isso que também as organizações da Economia Solidária em Portugal têm que fazer.

Terminou a sua intervenção colocando um último ponto sobre o problema do Estado. Segundo afirmou Rogério Roque Amaro, a nossa sociedade tem oscilado entre duas configurações: a do Estado Liberal e a do Estado-providência. Refere que o Estado português não tem sabido muito bem definir se se assume enquanto Estado liberal ou enquanto Estado-providência porque, por um lado, é sensível ao discurso neo-liberal no que diz respeito à poupança orçamental. É este neo-liberalismo, emanado da União Europeia e da comunidade internacional e que utiliza um discurso de senso comum, que afirma que nenhuma casa pode sobreviver se gastar mais do que aquilo que recebe.

Esse Estado liberal vê a Economia Solidária como uma entidade que, essencialmente, cumpre a função de preencher as falhas do Estado-Providência, exclusivamente, e nesse sentido incentiva a Economia Solidária a tornar-se autónoma, dizendo-lhe que tem que aderir ao mercado. Afirmou que este discurso de autonomia parece um discurso interessante mas está inquinado à partida, uma vez que a justificação é neo-liberal.

Na sua opinião reproduz-se aqui o discurso “tomem conta dos idosos e daqueles de quem nós não podemos tomar conta, mas façam-no com os vossos meios”. Portanto, é um discurso que descentraliza funções mas não descentraliza recursos, o de um Estado que cria problemas à economia solidária.

Além deste, Rogério Roque Amaro referiu existir o discurso oposto, o do Estado-tutela, do Estado-providência. Mas esse Estado-providência quer tutelar, quer fiscalizar, quer impor condições.

O resultado é que a economia solidária estará, em relação ao Estado, numa “encruzilhada terrível”, uma vez que não existe um Estado assumidamente liberal nem um Estado providência.

Afirmou que é precisa uma lógica em que haja, por um lado, uma economia solidária que crie a sua própria identidade, pela lógica que eu já referi anteriormente, e de um Estado que assuma que, no século XXI o que faz sentido é uma sociedade-providência e não um estado-providência nem um estado liberal. E de uma sociedade-providência em que entra também a responsabilidade social das empresas numa lógica de redistribuição de recursos. Isso implica uma lógica de Estado-parceiro.

É por aí que na sua opinião, terá que surgir a inovação da relação entre a economia solidária e o Estado, que é uma relação que, tendo tido avanços e recuos, considerou estar aquém daquilo que é desejável.

Jorge Wemans, na sua condição de moderador, agradeceu a intervenção de Rogério Roque Amaro e deu a palavra ao segundo orador, José Realinho de Matos.

**José Realinho de Matos**  
*(Representante do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho  
e da Segurança Social)*

José Realinho de Matos saudou todos os participantes e começou por sublinhar a riqueza da intervenção de Rogério Roque Amaro, afirmando que iria tentar complementar algumas das ideias transmitidas pelo orador que o antecedeu.

Primeiramente, começou por recuperar as afirmações de Rogério Roque Amaro, relativamente às vantagens da Economia Solidária que este enunciou, por compreender mais vectores e dimensões comparativamente à economia de mercado, levantando uma questão ao auditório. Perguntou o que tem faltado para uma maior afirmação da Economia Solidária ao nível da sua intervenção social e económica.

Afirmou que é necessário não escamotear a realidade dizendo que o mercado não é o espaço próprio para a Economia Solidária desenvolver a sua actividade. A grande questão que se coloca, na sua opinião, é que, provavelmente, todos estes ingredientes levariam a que as instituições do sector da Economia Social ou Solidária tivessem uma maior projecção na sociedade, uma maior visibilidade e um maior peso, apesar de todos os constrangimentos como os que foram mencionados em relação aos atrasos de pagamentos.

Na sua opinião, há um caminho, um processo de afirmação, há experiências de grande valia. A economia solidária tem vantagens que têm que ser transformadas em oportunidades e que lhe são específicas, pelo conhecimento que detém, pela proximidade com o território, pela experiência acumulada.

Mencionou também a dimensão da gestão, referindo que as associações têm manifestado dificuldade em adaptar-se às formas modernas de gestão. Não uma gestão de tipo capitalista, mas uma

gestão no sentido da capacidade de contabilização dos seus custos reais, como referido por Rogério Roque Amaro.

Seguidamente, e sobre as questões do Estado, referiu que as directivas da União Europeia condicionam cada estado-membro. Cada estado-membro nem sempre consegue distanciar-se dos regulamentos, admitindo que a lei comunitária prevalece sobre a lei nacional. Há sempre o espectro duma entidade longínqua que nos determina, que é um poder eminente. Esse é, reconheceu, um problema efectivo. Existe a moeda única, o Banco Central Europeu, que é a determinação política, através dos diplomas comunitários e da transposição das directivas comunitárias, que vão normalizando os caminhos.

No entanto, referiu também que, com os mesmos constrangimentos, as organizações da Economia Solidária de diferentes países assumem protagonismos diferenciados e que esse é um dado bastante importante a ter em conta. Na sua opinião, é importante reflectir porque é que determinado tipo de modelo, apesar do enquadramento macro, consegue ter uma maior eficácia de intervenção. Lembrou o exemplo da América Latina que, apesar de ainda não ter o necessário desenvolvimento teórico, ilustra a importância das formas organizacionais.

Afirmou que, apesar de ser evidente que o Estado tem também o seu hábito, está em muitos aspectos condicionando, nomeadamente aos constrangimentos do controle da dívida pública e do défice orçamental. Não podemos escamotear que nenhum Estado se quer ver privado dessa fonte muito importante de financiamento. Grande parte do investimento que se faz em Portugal, como noutros estados-membros, faz-se à custa dos fundos comunitários. São fundos que enquadram a macroeconomia portuguesa há vinte anos, lembrou, o que, evidentemente, deixa as suas marcas. Essa marcas, umas vezes são de modernidade mas noutras vezes são negativas.

Relativamente à dependência do Estado, partilha a opinião de que não há interesse por parte das instituições da Economia Solidária em tornarem-se muito dependentes do Estado em matéria financeira, uma vez que essa dependência que condiciona claramente o seu modelo ideal de funcionamento. Ou seja, observa-se uma saturação por parte da Sociedade Civil em trabalhar permanentemente em conformidade com o que uma entidade externa determina.

Sobre este problema, afirmou considerar que existe uma terceira via de relacionamento entre o estado e as organizações da Economia Solidária. E uma terceira via passa por formas modernas de regulação.

Uma regulação moderna, referiu, não existe sem que os actores deste sector estejam nela integrados. O Estado procura um modelo, uma forma para se relacionar com o sector da Economia Solidária, e pretende constituir uma organização em que estas organizações sejam parte integrante e na qual todas participem de uma forma que pode ser diversificada, dependendo dos objectivos de cada uma, mas onde a definição de objectivos comuns seja um processo partilhado.

Nessa organização, referiu, o Estado deverá ter um papel de paridade relativamente ao de qualquer outro membro. Essa entidade reguladora deverá ser uma entidade dinâmica e que articule de forma harmoniosa as visões divergentes das diferentes organizações ou ramos de Economia Solidária.

Por último, não quis deixar de mencionar que há um modelo de Estado que pode assumir um papel muito favorável. A implementação desse modelo implica a passagem das relações entre o Estado e a Economia Solidária de uma lógica de subsídio, e de uma certa subsidiodependência, na qual as instituições não se revêm, para uma lógica de contratualização, e uma contratualização com base

em serviços. A seu ver, esta transformação tem que ser operada através do diálogo.

Relativamente à prestação de serviços e à entrada das organizações da Economia Solidária no mercado, é evidente que, consoante se concentrem em meios urbanos de grande densidade ou em contextos de maior ruralidade, deparar-se-ão com condições diferentes para o desempenho da sua actividade. São situações diferentes.

Tal evidencia que a afirmação dessas instituições é mais complexa ou mais difícil do que se pode prever, não existindo “varinhas de condão” nem “soluções milagrosas”, fez saber. Não existe nenhum meio, nomeadamente de financiamento público, que venha resolver todos os problemas da Economia Social e Solidária. Existe, sim, um novo papel que a Economia Social, que consiste numa maior valorização, maior visibilidade e internalização da sua maior proximidade com as comunidades enquanto factor competitivo no mercado dos produtos e serviços.

Quanto à possibilidade de muitas instituições não terem condições de sobreviver neste contexto, considera que deverão ser postos em práticas mecanismos de apoio, nomeadamente mecanismos de cooperação, de articulação colectiva, de intervenção conjugada e em parceria no território, de funcionamento em rede das instituições da Economia Solidária.

Mais acrescentou que esses mecanismos poderão ser aspectos muito importantes a ter em conta enquanto critério de selecção dos projectos a apoiar e a financiar com base nos fundos do novo Quadro de Referência Estratégica Nacional.